

A crise é planetária

No luxuoso restaurante *Le Cirque*, reuniram-se os ministros da Fazenda da Argentina, do Brasil e do México para decidir a criação de um grupo de devedores — o G-3. Não apenas o ambiente seletivo foi escolhido para dar a impressão de que não se deseja o fim do sistema financeiro internacional; antes da divulgação do comunicado, formalizando a existência de um grupo de devedores que se contrapõe ao G-5 (o Grupo dos 5, isto é, dos mais ricos países industrializados), os bancos credores foram notificados de que não deveriam tomar a atitude dos três ministros como uma afronta. Talvez por tudo isso é que se tenha escolhido *Le Cirque* para dar início à reunião que depois se prolongou no Banco do Brasil, que é — por coisas das finanças mundiais — um dos grandes credores do Banco Central do Brasil.

Montou-se, pois, um circo em que as feras fizeram sua apresentação, disciplinada e contida. Que disseram os três ministros, que insistem em não estar pretendendo entrar em rota de colisão com a comunidade financeira internacional? Segundo o comunicado que foi emitido após o encontro no Banco do Brasil em Nova York, partem do princípio de que apenas medidas de ajuste interno não são suficientes para resolver o problema da dívida externa. Assim sendo, descartada por acessória a necessidade de conter o déficit público e reduzir a inflação, fica fácil ao G-3 comunicar ao G-5 que a responsabilidade pela solução do problema da dívida externa incumbe aos países industrializados, especialmente aos bancos credores, que devem assumir sua responsabilidade na dívida do G-3, isto é, devem pagar por haver emprestado a países sabidamente incapazes de saldar o que devem. Além de deverem proclamar-se corresponsáveis pela dívida do Brasil, da Argentina e do México (entre outros), os governos e os bancos do G-5 devem emprestar mais do que recebem em pagamento de juros e principal, devem aumentar a curto prazo o capital do Bird e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e pôr termo às práticas protecionistas, que impedem o acúmulo de saldos nas balanças comerciais dos países do G-3. No ambiente seletivo e sem preocupações de *Le Cirque*, os três minis-

tros chegaram à conclusão de que pouco ou quase nada podem fazer em seus países para resolver a questão da dívida externa.

Por mais que tenham sido enviadas mensagens aos bancos credores, o circo armado em Nova York está destinado a ter profundas consequências no processo de negociação da dívida externa brasileira — consequências para o bem e para o mal. Os credores estão agora cientes de que a manobra realizada com êxito a partir de 20 de fevereiro — encerrando a qualquer preço as negociações sobre a renegociação das dívidas da Argentina, do México, das Filipinas, do Chile e de outros países, com o claro objetivo de impedir que se formasse o tão temido cartel dos devedores — esgotou suas virtualidades. Na medida em que a pressão de velhos preconceitos e da máquina burocrática impediu o correto combate à inflação e ao desequilíbrio das contas externas, a Argentina começou a vacilar em sua postura ortodoxa no mercado financeiro internacional. A vitória peronista apressou a mudança de rumos — e, agora, o Brasil espera contar com o apoio de Alfonsín para as propostas heterodoxas que apresentará aos banqueiros. O fato de o México estar em boa situação no setor externo (15 bilhões de dólares de reservas cambiais) não impedirá os mexicanos de subscrever quantos documentos forem: afinal, no longo e já tradicional conflito de interesses com os Estados Unidos, é sempre importante ter trunfos a esgrimir na hora da crise.

Se os credores sabem que não mais será possível afastar o Brasil da Argentina e do México — mesmo que Buenos Aires e a Cidade do México só se decidam pelas práticas heterodoxas a mais longo prazo —, o G-3 conta com a delicada situação em que se encontram os bancos credores diante da ameaça real de, no próximo dia 26 de outubro, o governo norte-americano ser obrigado legalmente a classificar os créditos brasileiros em categoria inferior, criando difícil situação para o sistema bancário. Sabem também, pois o subscreveram, que o relatório do G-24 (o grupo dos menos ricos no FMI) dirá que boa parte da dívida externa mundial é incobrável, o que reforçará sua posição na mesa de negociações. Em suma,

o G-3 afirma não pretender o confronto, mas estabelece condições para negociação que a rigor levarão ao aguçamento das animadversões, senão ao rompimento declarado.

Não se negaria aos ministros que montaram o *circo de Nova York* um agudo senso de oportunidade. Afora todas as condições que julgam ser-lhes favoráveis, contam com a pressão que o governo norte-americano começou a exercer sobre os bancos (além de sobre o governo brasileiro) para acertar um acordo provisório antes da data fatal de outubro. Basta, porém, o Brasil dizer “não, soberanamente não!” para que as coisas marchem mal para os bancos.

Essa é a situação tal qual a vê o G-3. Não se sabe como os bancos dos países que integram o G-5 estão vendo as coisas, e que tipo de risco estão dispostos a correr, agora. Se o G-3 tem a seu favor a delicada posição em que se encontram os bancos — dada a proximidade da data fatal de outubro —, os bancos têm a trabalhar por eles exatamente a delicadeza da situação: como ficará o mundo se for vitoriosa a política brasileira de usar a moratória como instrumento de pressão para conseguir fixar os juros que pretende, as condições que julga melhor para pagar o principal, afora impor alterações substanciais nas políticas comerciais dos países do G-5?

Não desejaríamos insistir neste aspecto do problema, mas ele é básico: não é apenas a dívida externa que está em jogo. Joga-se agora a relação de poder entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento que não têm mais a União Soviética como escudo protetor e como banqueiro alternativo ao Ocidente. Os que formaram o G-3 não se deram conta do caráter planetário da crise em que estão engolfados e dela querem safar-se como se nada tivessem a ver com ela. Essa cegueira não leva a bom lugar; tanto mais que muitas das proposições constantes do documento de anúncio da criação do Grupo são razoáveis e poderiam produzir efeitos se colocadas a serviço de uma discussão sensata e não de um confronto que se diz não querer, mas para o qual se pode caminhar por desconhecimento das relações de poder entre as nações.